

# Apostilas epigráficas – 7

---

\* Centro de Estudos de  
Arqueologia, Artes e  
Ciências do Património.  
Faculdade de Letras  
da Universidade de  
Coimbra.  
jde@fl.uc.pt

José d'Encarnação\*

**Resumo** Assinala-se a razão de outros suportes poderem ser incluídos no âmbito dos estudos epigráficos, porque, para além do seu carácter de durabilidade, constituem, na actualidade, ímpar retrato das mentalidades dominantes. Além dos grafitos, que já eram objeto da Epigrafia, citam-se os escritos dos pára-choques dos camiões brasileiros e as tatuagens.

Revisitam-se — porque esse tem sido o objetivo desta série de apostilas — três importantes monumentos epigráficos de Bobadela (Oliveira do Hospital), porque, tendo em conta inexactidões recentemente publicadas, importa fazer o ponto da situação acerca do seu contributo para a história romana local.

**Abstract** It should be pointed out that other supports than the classical ones may be included in epigraphic studies, because, in addition to their durability, they constitute, at present, a unique portrait of general mentalities. In addition to the graffiti, which were already the subject of epigraphy, the writings of the bumpers of Brazilian trucks and tattoos are cited.

This is why three important epigraphic monuments of Bobadela (Oliveira do Hospital) are reviewed — as this has been the aim of this series of notes — because, given recent inaccuracies, it is important to assess their contribution to local Roman history.

## 1. Epigrafia: o alargamento do objeto do seu estudo

É para mim eloquente o desabafo do profeta Job diante de Baldad (*Job*, 19, 23–24), de que, um dia, me dei conta, ao ouvir o ofício católico da encomendação das almas e que citei pela primeira vez, em contexto epigráfico (Encarnação, 1997, p. 39):

Oh quem me dera que se escrevessem as minhas palavras! E se consignassem num livro, gravadas por estilete de ferro numa lâmina de chumbo. Ou se esculpisse em pedra, para sempre!

Fixei-me em duas palavras: chumbo e pedra; e numa expressão: “para sempre!”.

Parecerá inoportuno, à primeira vista, que se insista na noção de Epigrafia, pois se parte do princípio que ela se encontra cabalmente explicitada, desde os tempos de Cagnat (1914), e confirmada pelo grande mestre Raymond Bloch (1964, p. 5), que, partindo do significado etimológico do vocábulo — ἑπί + γράφειν, “escrever sobre” — apontou como objeto desta ciência “ce qui est écrit sur une matière durable, pierre, terre-cuite, métal, verre, os, stuc, mosaïque: l'épigraphie est la science qui s'en occupe”.

A palavra-chave parecia, pois, ser “dura-douro”, o que vinha perfeitamente ao encontro do que desejava Job: “para sempre!”.

Não é, todavia, apenas o texto o que se necessita de decifrar em Epigrafia. Giancarlo Susini (1966, 1982) sublinhou-o desde logo: o epigrafista precisa de pensar em tudo o que envolveu aquele escrito: a pedreira donde a pedra veio; os tratos que levou na oficina, onde intervieram o canteiro, o paginador (*ordinator*), o encomendante... Houve, claro, uma troca de impressões sobre o que se queria gravar, e, nessa conversa, cada qual agiu de acordo com a sua mentalidade, cultura e saber técnico. Depois, essa conversa situou-se num tempo, numa sociedade — e, por conseguinte, dela é evidente reflexo. Por isso, inspirado no saudoso Mestre, eu gosto de afirmar que “a Epigrafia estuda o modo como, em determinado momento, o Homem selecionou ideias para as transmitir aos vindouros”.

Na definição, é “vindouro” a palavra que sublinha a tal perenidade que constitui o cerne de

uma epígrafe, pois, parafraseando as palavras do Evangelho, “não se acende uma candea para a colocar debaixo do alqueire, mas para a colocar no pangaio, a fim de que a todos ilumine” (*Mateus*, 5, 15). Daí que o suporte assumia papel importante, sim, mas não é o mais importante para o epigrafista, que pretende, acima de tudo, ver na epígrafe o reflexo de uma mentalidade e de uma época.

### 1.1. Os grafitos

Em recente publicação no *Ficheiro Epigráfico* (inscrição n.º 609), aproveitou-se o facto de se estudar um grafito deveras curioso para fazer a retrospectiva do interesse que os grafitos, afinal, haviam alcançado no âmbito dos estudos epigráficos. Tive oportunidade de, em *post-scriptum*, recordar o que se fizera em Conímbriga e na monografia sobre o castelo da Lousa e o facto, deveras curioso, de Robert Sablayrolles (1996), ter minuciosamente percorrido com o olhar, a diferentes horas do dia, as paredes das casernas dos *vigiles* de Óstia, para descobrir nomes dos componentes das guarnições que por ali haviam passado e que não constavam nas listas oficiais. Gente anónima.

E cedo nos apercebemos de que, como na atualidade, ao grafito está agarrada a espontaneidade, um certo secretismo, uma rebeldia contra o *status quo*, porque se faz rapidamente, quase às escondidas e se envolve em mui oportuno anonimato (Encarnação 2009).

### 1.2. A “filosofia de para-choque”

Quando estive pela primeira vez no Brasil, calhou deslocar-me de autocarro de Vitória da Conquista a Salvador da Baía. E qual não foi o meu espanto quando verifiquei que as dezenas de camionistas que por nós passavam haviam mandado gravar no para-choques traseiro uma frase original, fruto da sua imaginação, do seu modo de encarar a vida, da sua filosofia de vida. Frases, a maior parte das vezes, plenas de espírito, como que a procurar quebrar a monotonia de quem conduz um camião, solitário, centenas e centenas de quilómetros, por uma

Fig. 1 – Capa do n.º 49 (julho de 2017) da revista *Rua Larga* da Universidade de Coimbra, comemorativo dos 30 anos do Programa ERASMUS.

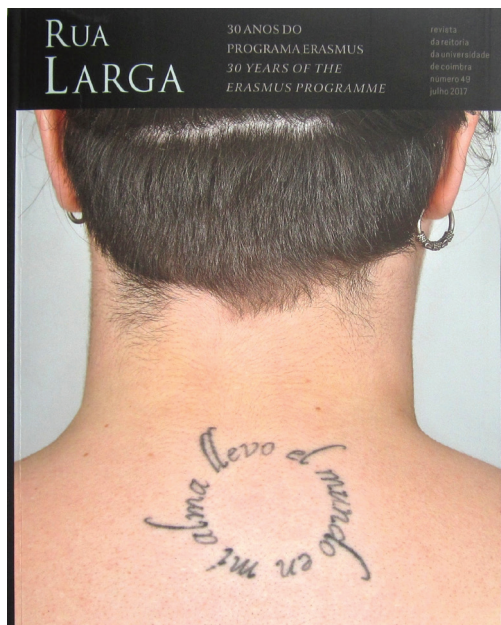


Fig. 2 – Pormenor da fig. 1.



rodovia inóspita. Lembro-me que apontei algumas no meu diário, a 21 de outubro de 1989:

- “Se tu és filho de Deus, aqui vai o teu irmão”
- “Saudade não tem idade”
- “O Senhor é meu pastor, nada me faltará”
- “Com um beijo teu mamãe teu filho viaja feliz”
- “A tua inveja é a minha felicidade”
- “As mulheres perdidas são as mais procuradas”
- “Mulher bonita e dinheiro só pintam na mão dos outros”
- “Se me vires agarrado a mulher feia aparta que é briga”
- “Anjo solitário — adopte-o!”
- “Com Deus hei-de vencer”
- “Moro no mundo e passeio em casa”.

E pergunto: esta “filosofia dos para-choques”, como lhe chamou Mauro de Almeida (1963), não terá de ser também objeto da Epigrafia?

Que frases mais eloquentes do que estas nos põem a nu o pensamento, a ironia, a alegria de viver, o sentir de um camionista — sendo certo que, afinal, caminhantes somos todos nós? A espiritualidade, o humor... um retrato vivo, a que o Epigrafista não pode ficar alheio.

### 1.3. As tatuagens

Que nos recordemos vem, entre nós, do tempo da Guerra no Ultramar o hábito, ainda bem tímido então, de se fazer uma tatuagem. Geralmente, um topónimo e uma data; o nome da pessoa amada; a identificação da companhia a que se pertencia... Neste verão de 2017, tatuagens foi o que mais se viu em corpos de homens e de mulheres, nas mais diferentes partes do corpo, acessíveis ao olhar por estarmos em época balnear. Cada dia me espantava mais com o que via e que me seja perdoada a ousadia de afirmar que também a tatuagem, pelo seu significado, pelo seu simbolismo — quer estético quer linguístico — deverá constituir doravante objeto da Epigrafia e não me admiraria se alguém quisesse pegar em determinado universo de pessoas e procurasse descobrir se havia (que as há!) linhas mestras na mensagem que se pretende transmitir. E cá está, de novo, a ideia de permanência, de durabilidade: crê-se que a tatuagem vai ficar para sempre ou que mui dificilmente poderá ser apagada.

Recordo que uma neta de 20 anos, que adora os avós, lhes pediu uma frase com a sua assinatura; uma frase simples que retratasse o que eles pensavam dela, da sua vida, da sua forma de encarar a existência. Escreveram: “Flor regada, flor formosa” — e assinaram. Não tinham eles a menor ideia por que razão a neta lhes pedira uma frase curta que pudesse consubstanciar o que dela pensavam. E era isso: o sábio aproveitamento que fizera da educação que lhe havia sido dada resultara bem — e estavam contentes. E nem “por encomenda” vem a talhe de foice a capa (Figs. 1 e 2) do n.º 49 (julho de 2017) da revista *Rua Larga* da Universidade de Coimbra, número comemorativo dos 30 anos do Programa ERASMUS: mostra a parte superior das costas, junto ao pescoço, de um jovem estudante que fez esse programa e

que pediu para aí lhe tatuarem a seguinte frase “llevo el mundo en mí alma”, bonita síntese, afinal, do que o Programa ERASMUS significou (e significa) para milhares e milhares de estudantes.

Sirvam, pois, estes exemplos para mostrar quanto — através da análise linguística e da interpretação psicológica — a Epigrafia pode levar a alcançarmos todo um mundo de vivências próprio de determinada época. Objetar-se-á: não se está a fazer História! Há e não há razão nessa atitude, porque a velocidade com que, hoje, os factos acontecem determina que o ritmo ‘histórico’ seja cada vez mais rápido também e a História propriamente dita, na sua conceção tradicional, veja o seu campo invadido por outras ciências sociais e humanas que mui plenamente a completam.

## 2. A flamínia *Iulia Modesta* de Bobadela (Oliveira do Hospital)

Ao debruçar-me de novo sobre os testemunhos epigráficos que supostamente (a meu ver) documentam a existência da flamínia eborense *Laberia Galla* (2016), apercebi-me de que havia, de novo, atualmente em curso diversos projetos de investigação não apenas sobre as mulheres romanas em geral mas, de modo específico, sobre aquelas que deixaram rasto na História, mormente nas fontes epigráficas.

Assim, Milagros Navarro Caballero acaba de publicar *Perfectissima Femina* (datado de 29 de junho de 2017), revisão e atualização de um trabalho de pesquisa elaborado em 2012. Dois volumes excelentemente apresentados, sendo o II o *corpus* comentado de 614 epígrafes onde se mencionam “femmes de l’élite dans l’Hispanie romaine”, estando o I dividido em três capítulos identificados com títulos deveras sugestivos do conteúdo aí tratado: “I. Le texte et l’image, signes publics de l’appartenance des femmes à l’élite”, “II. La présence des dames dans les cités hispaniques; une question de prestige” e “III. La femme et la famille: le privé en public”.

O intuito desta série “Apostilas epigráficas” é o de comentar interpretações e/ou leituras de inscrições que, mercê de circunstâncias várias, poderão não ter obtido consenso e

há, pois, motivo para sobre elas de novo nos debruçarmos, a fim de tomarmos consciência dos problemas em presença. Exemplifico com o caso — e prometo não me alongar sobre um assunto que, da minha parte, considero encerrado — da flamínia *Laberia Galla*, que Hübner, eu próprio e outros investigadores consideraram uma criação de André de Resende (Encarnação, 2016). Milagros Navarro afirma, por exemplo, que uma das epígrafes referentes a esta flamínia (CIL II 114\*) está perdida e foi “considérée comme un faux jusqu’à sa réhabilitation par J. Encarnação” (Navarro, 2017, p. 554). Ora, vão precisamente em sentido contrário os argumentos que tenho apresentado, mormente os de 2016, quando recorro à comparação com os romancistas de todos os tempos que, para reforçarem a credibilidade do conteúdo dos seus romances, o fazem basear em documentação até esse momento oculta e que eles, por um feliz acaso (!), descobriram... Argumento que utilizei também, além de outros, para considerar forjada a epígrafe de Leiria (CIL II 339), cuja autenticidade nunca fora posta em causa.

No vol. 55 (2016) da revista *Conimbriga* anunciaram Manuel Salinas de Frías e Juana Rodríguez Cortés que está em curso “um projecto de investigação empreendido pelo Grupo de Investigación Reconocido (GIR) *Hesperia*, da Universidade de Salamanca”. O projeto tem por objetivo elaborar a Prosopografia da Lusitânia Romana, ou seja, “dos personagens notáveis” dessa província (p. 225). E o que nos apresentam é justamente o primeiro esboço do *corpus* das *flaminicae et feminae notabiles Lusitaniae*.

Não comento — porque não me compete fazê-lo — o facto de estarem vários grupos de investigadores, cada um por seu lado, a pesquisarem os mesmos temas (há que ‘inventar’ temas, pois a isso obrigam as entidades oficiais que presidem e financiam a investigação...). Vou aproveitar, porém, para dissecar um dos testemunhos apresentados por estes dois investigadores salmantinos, meus grandes amigos de longa data, e, já que ora se publicou a obra de Milagros Navarro Caballero, fazer o cotejo dos resultados apresentados.

Escolhi a flamínia *Iulia Modesta*, de que na p. 227 da *Conimbriga* são referidas as duas

inscrições que tradicionalmente lhe são atribuídas, dadas como procedentes de Bobadela, concelho de Oliveira do Hospital: CIL II 396 e 397, com os seguintes textos:

A) *Pietati sacrum / Iulia Modesta ex patrimonio suo in honorem gentis / Sex(ti) Aponi Scaevi Flacci mariti sui flaminis Provinc(iae) / Lusit(aniae) et in honorem gentis Iuliorum parentum suorum.*

B) [...] *has portas et porticus refecit et donavit / splendidissimae civitati Iulia Modesta / flaminica Provinc(iae) Lusit(aniae) ex patrimonio suo.*

## 2.1. CIL II 396

Sobre a primeira o comentário dos autores é o seguinte:

Coimbra, Museu Machado de Castro. Pedestal de estatua, dedicada a *Pietas*. La estatua debía ser un monumento lo suficientemente importante como para constituir un objeto de emulación con el sacerdocio provincial desempeñado por el cónyuge y de exaltación, a la vez, de la propia *gens* de la dedicante.

Houve, decerto, confusão na interpretação dos dados no que se refere ao paradeiro da epígrafe. Na verdade, a informação de Frei Vicente Salgado dá-a como existente “na porta do palácio do bispo de Coimbra” e isso terá levado Manuel Salinas e Juana Rodríguez a identificar esse palácio com o atual Museu Machado de Castro, que foi, de facto, paço episcopal; contudo, havia antes uma outra palavra: Coja, que é o nome da localidade onde o bispo de Coimbra também possuía um palácio. O certo é que se perdeu por completo o rasto da epígrafe, e o que está, de facto, no Museu Machado de Castro é apenas um pequeno fragmento, colocando-se muito seriamente a hipótese de outros terem sido reutilizados nalguma construção, pois que esse palácio “hoje, não existe. Ruínas e poucas. A pedra foi aproveitada. Da inscrição ninguém dá conta. Apenas vagamente os autores do *Inventário Artístico de Portugal*, IV, p. 13, dizem, na parte correspondente à freguesia, no concelho de Arganil: “parece que se encontra empregada

como material de construção duma casa” (Anacleto, 1981, p. 64).

Fica, pois, o apelo às entidades de Coja: quando se proceder à reparação de alguma das casas, importa haver toda a atenção, não vá acontecer o imprevisto, que seria bem agradável: a redescoberta de mais algum fragmento da epígrafe. Não há, pois, motivo para duvidar da sua autenticidade, ainda que não sejam comuns tantas palavras por extenso. A provar que existiu está esse fragmento que Maia do Amaral logrou, com raro mérito, identificar no Museu Nacional Machado de Castro, apresentando, no seu artigo, fotografia e imagem a propor a integração do fragmento no todo da epígrafe (Amaral, 1982, figs. 8 e 9). É, portanto, a própria flamínia que homenageia a divindade, *ex patrimonio suo*, “a expensas suas”, expressão que vamos encontrar outras vezes na epigrafia da região (recordem-se as epígrafes de C. *Cantius Modestinus*), mas a razão da homenagem não deixa de ser deveras significativa: *in honorem* da *gens* do marido, flâmine da província da Lusitânia, que é a dos *Aponii*, e *in honorem* da sua própria *gens*, que é a dos *Iulii*; uma “atitude concordante com a importância do círculo familiar no acesso às estruturas do poder”, comentou Luís Fernandes (1998–1999, p. 165), que faz também uma relação, inclusive por via da utilização da expressão *ex patrimonio suo*, aos *Iulii* da *civitas Igaeditanorum* (Fernandes, 1998–1999, p. 166), até porque *Modestinus* esteve claramente ligado ao escol dos dois aglomerados populacionais.

De realçar, por conseguinte, dois aspetos: primeiro, o uso do vocábulo *gens* no seu sentido próprio de núcleo familiar com o mesmo nome, o gentilício, que se me afigura caso único na epigrafia peninsular, uma vez que essa palavra, quando aparece, identifica não um aglomerado familiar, mas o que María Lourdes Albertos designou de “organizaciones suprafamiliares” (1975). Aliás, compulsando esse seu trabalho, seriam, no seu tempo, apenas três, se bem vi, os testemunhos do uso de *gens* com essa significação:

– *gentis Pinton(um?)*, numa epígrafe perdida de Conímbriga (CIL II 365, FC II inscrição n.º 15), de que a própria Lourdes Albertos escreve: “Texto inseguro, sin posibilidad de comprobación por pérdida de la inscripción” (Albertos, 1975, p. 19);



— *ex gente Cantabrorum* (CIL II 4233) e *ex gente Vaccaeorum* (CIL II 6093), ambas de Tarragona, onde, portanto, se não assume a aceção de tipo familiar restrito.

Robert Étienne não ousou propor nenhuma datação para esta epígrafe: *Sex. Aponius Scaevus Flaccus* é, em seu entender, um dos dois sacerdotes que “échappent à toute datation” (1974, p. 126); Vasco Mantas (1988, p. 245), apontando as já referidas eventuais relações entre esta *Iulia Modesta* e os familiares de *C. Cantius Modestinus*, parece atribuir à referida inscrição uma datação flávia, pois considera *Modestinus* “como um dos mais destacados elementos da sociedade luso-romana do último quartel do século I” (Mantas, 1988, p. 245). Da minha parte, apesar da existência de dois *cognomina* na identificação de *Aponius*, que poderia apontar para uma época mais avançada, não vejo inconveniente em que o texto possa ter sido escrito na primeira metade do século I, justamente pela utilização da palavra *gens* nesse seu sentido original, “clássico”. Reforçaria, por outro lado, o que Luís Fernandes escreveu: vejo aqui não apenas essa “atitude concordante com a importância do círculo familiar no acesso às estruturas do poder”, mas a vontade clara da flaminia — mulher! — de perpetuar a memória da sua família e não apenas a do marido. O pretexto não poderia ter sido melhor: a *Pietas* é a divindade que, por excelência, protege as famílias que lhe prestam culto — *piissimus* constitui, recorde-se, um dos qualificativos laudatórios mais correntes nas epígrafes funerárias — e, aqui, foca-se, claramente, a união das duas famílias nesse ato, que é individual e benemérito (*ex patrimonio suo*), mas que detém relevante ênfase político-social. A iniciativa partiu, todavia, sublinhe-se, de uma mulher! E se, como Milagros Navarro (2017, p. 545) sugere, a epígrafe tivesse sido “gravée sur le dé du piédestal qui portait un *signum* de la *Pietas*”, maior relevância teria tido, porque o seu lugar próprio seria o fórum da *civitas*, à vista de toda a gente!

Dir-se-á, por conseguinte, a terminar, que se mantém em aberto a discussão acerca da tipologia do monumento. Escreve Maia do Amaral (1982, p. 125):

Funerária, votiva ou honorífica — qual quer destas classificações tem os seus defensores — trata-se, sem dúvida, de

um magnífico e imponente monumento. Segundo a nossa reconstrução provisória, não poderia ter menos de 3,20 m de largura! Talvez fosse moldurada, uma vez que temos a opinião de um erudito viajante que, podendo admirá-la em 1782, achou que “bem podia ser achada em algum túmulo sepulchral da família dos Júlios que habitarão em Portugal”, com o que talvez não tivesse andado longe da verdade; a hipótese de ser funerária, ou “semi-funerária” na terminologia conciliadora de J. Leite de Vasconcelos, longe de lhe “diminuir (...) o alcance cultural”, é, a nosso ver, a mais verosímil e enriquecedora.

E sugere, de seguida (Amaral, 1982, p. 126), que poderia figurar no frontispício de um mausoléu.

Jorge de Alarcão, afirmando que, para estar no fórum, seria mais viável que a dedicatória tivesse sido feita à *Pietas Augusta*, até porque a dedicante é uma flaminia, prefere sugerir como suporte uma edícula, quicá encimada por uma estátua da *Pietas*, que “poderia ter sido erguida numa área cemiterial” (Alarcão, 2002–2003, p. 164).

Da minha parte, ao percorrer os cemitérios actuais e ao verificar como muitos dos jazigos se apresentam com esse estatuto monumental e ao lembrar-me do panorama — também ele monumental — da necrópole romana de Óstia, não vejo inconveniente em aceitar uma proposta ou outra, porque o importante era, na verdade, que estivesse em lugar público, com o devido relevo, correspondente à importância cívica, social, política e económica que ambas as famílias — os *Aponii* e os *Iulii* — incontestavelmente detiveram.

## 2.2. CIL II 397

Analise-se, agora, o que Manuel Salinas de Frias e Juana Rodríguez Cortés escrevem como comentário à segunda epígrafe:

El epígrafe ha desaparecido, por lo que la reconstrucción del texto es hipotética. Andreu, 2004, pp. 87, 88, 244 n.º 75 supone que se trataría de una restauración de las puertas del foro. Es posible que esta inscripción sea posterior en el tiempo a la primera, ya que en aquella no se menciona el flaminado provincial.



Fig. 3 e 4 – Cópia datada de 1746 de parte da epígrafe CIL II 397, inscrita na frontaria da igreja matriz de Bobadela.

De acordo com a bibliografia citada, a versão que se apresenta foi colhida em *HEp* 13, 2003–2004, 976, cujos editores a transcreveram do que o Prof. Jorge de Alarcão escreveu (2002–2003, pp. 156–158) e que Javier Andreu aproveitou.

Importa, pois, dar o seu a seu dono e explicar o que, de facto, se passou.

1.º) Tal como a epígrafe anterior, esta poderá ter sido encontrada, como intuiu Regina Anacleto (1981, p. 22), aquando da substituição da matriz velha pela nova matriz; e, enquanto a primeira epígrafe foi levada para o palácio episcopal de Coja e só depois de o palácio ter entrado em ruína foi reutilizada e estará na parede de uma casa qualquer (eventualmente de Coja, como atrás se aventou), esta foi logo reaproveitada, não sem, primeiro, se ter guardado dela uma memória, escrevendo o que se conseguia ler bem ou o que melhor se ajustava ao espaço disponível, na sobreverga da porta principal da actual igreja matriz (Fig. 3), de que temos, aliás uma cópia fiel em gesso nas instalações do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Foi essa cópia do frontispício da matriz que Hübner viu e que durante muito tempo se referiu com os singelos dados que apresentava. Aproveite-se o ensejo para repetir o que outras vezes já assinalai (*Encarnação*, 2014, p. 414) a propósito da diferença entre a cópia de inscrições autênticas e a invenção de inscrições: enquanto, no Renascimento, se **inventaram** inscrições para as aduzir como prova da antiguidade e nobreza de um sítio ou de uma cidade, no século XVIII, **copiavam-se** os originais, que depois eram reaproveitados nas construções. Foi o que aconteceu aqui e ninguém

quis enganar ninguém, pois que claramente se escreveu, ao lado do que se lograra ler (compreensíveis, portanto, os erros PLAMINIA por FLAMINIA, JULIA por IVLIA, MODISTA em vez de MODESTA... e as pintinhas nos iis): “ESTE LETRº SE ACHOU NA IGRº VELHA 1746”.

2.º) Por conseguinte, repita-se, durante longos anos apenas se pôde garantir o seguinte:

a) Houvera uma flamínia, de seu nome *Iulia Modesta*, cuja existência outra inscrição confirmava;

b) Atendendo a que era clara a expressão *splendidissimae civitati*, em dativo, o lógico era pensar que a essa *civitas* — de nome desconhecido mas, certamente, de estatuto relevante, pois se lhe dá o epíteto de *splendidissima*, um epíteto de excelência, de que, aplicado a uma *civitas*, se encontra um total de 18 testemunhos na base de dados de Clauss (<http://www.manfredclauss.de/gb/>) — a flamínia tivesse feito alguma benesse.

Assim, Jorge de Alarcão (1988, pp. 46–47), depois de afirmar que aí se deveria ter localizado “seguramente uma capital de *civitas*” e que “a sua fundação data, muito provavelmente, da época de Augusto”, acrescentou: “Até agora, porém, não se achou lápide que possa esclarecer o nome da cidade”. Na sequência dos trabalhos arqueológicos entretanto aí realizados (Frade, Caetano & Madeira, 1995), levá-lo-á a escrever, dois anos depois (Alarcão, 1990, p. 369):

Os achados epigráficos e arqueológicos de Bobadela demonstram a existência de um fórum, um anfiteatro, um templo do culto imperial e outros, menores, consagrados ao Génio do Município e à deusa Vitória. São provas mais do que suficientes da capitalidade de um aglomerado cujo nome latino ainda se não conseguiu descobrir.

Em *AE* 2003 864 dá-se a síntese deste escrito de Jorge de Alarcão, não apresentando, porém, nenhuma leitura de *CIL* II 397; assim, apenas se salienta a afirmação de que a epígrafe *CIL* II 401, uma dedicatória ao Génio do Município, prova o estatuto municipal desta *civitas*, cujo nome poderá ter sido *Elbocoris* ou *Velladis*.

Compreende-se — permita-se-me que acrescento — esta ideia do templo ao culto imperial. Em meu entender, em seu lugar fora construída

a “igreja velha” e nela, portanto, se encontravam as referências aos dois sacerdotes do culto imperial (*Julia Modesta* e seu marido, *Sextus Aponius Scaevus Flaccus*), sendo a importância do sítio corroborada (creio que este aspeto não terá ainda sido devidamente relevado) pelo facto de *Flaccus* ter sido eleito flâmine provincial, uma honra fora do comum, inclusive porque implicava, segundo era de regra, a residência na capital provincial, *Emerita*, durante o ano do mandato e, concomitantemente, o dispêndio de significativas quantias em atos de pública benemerência (vide, a propósito deste flâmine, González, 2015, p. 7).

Aliás, também parece ter passado despercebida a informação do Padre Tomás da Encarnação (1759, p. 58), segundo a qual a epígrafe à *Pietas* teria sido mandada levar de um muito antigo edifício de Bobadela pelo bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida: “ex antiquissimo aedificio oppidi de Bobadela asportari fecit” (fig. 6-B do artigo de Maia do Amaral). Ora, não é crível que um sacerdote chame “antiquíssimo edifício” a uma igreja; portanto, há que pensar que a expressão “igreja velha” referente à segunda inscrição não implique necessariamente a identificação com esse “antiquíssimo edifício”, ainda que tal possa não invalidar a hipótese, atrás consignada, de que a “igreja velha” se haja construído não exactamente sobre as ruínas do “antiquíssimo edifício”, mas muito próximo dele.

3.º) Perguntar-se-á, pois, como é que, de um momento para o outro, se aduziu a hipótese de se conhecerem quais as obras — ou a obra — que partira da iniciativa da flamínia?

Manuel Salinas e Juana Rodríguez — que no texto de 2000 (p. 252) haviam seguido a versão “tradicional”, com base em *CIL* II 397 e *ILER* 6080 — atribuem agora a Javier Andreu, como já dissemos, a suposição de “que se trataría de una restauración de las puertas del foro”; e em *HEp* 13 976, dá-se conta do artigo publicado em 2002–2003 pelo Prof. Jorge Alarcão, onde essa referência já vem. Aproveite-se para afirmar que esse artigo constitui a mais completa reflexão sobre o que se conhece acerca desta *civitas*; não fora ter havido as citadas imprecisões por parte do artigo publicado na *Conimbriga* de 2016 e quase se não justificaria dedicar-lhe eu agora uma apostila. Reconheça-se, porém, que as epígrafes — como o próprio Doutor

Jorge Alarcão salientou — podem ser alvo de interpretações e, sobretudo, de reconstituições diversas, pelo que tomei a liberdade de voltar ao assunto, não na intenção, repito, de trazer novidades, mas de repor o estado da investigação, aduzindo, aqui e além, uma que outra hipótese de interpretação. E aqui está uma das correções a fazer: é que a referida “suposição” (que, como veremos, não é mera suposição) deve-se não a Javier Andreu mas à grande perspicácia de Maia do Amaral, em artigo publicado na revista *Conimbriga* de 1982 e que praticamente passou despercebido, pois, além, naturalmente, de Jorge de Alarcão, diretor da revista, só José Manuel Garcia aludira antes a essa restituição:

“É uma hipótese arrojada, mas que pensamos ser plausível, tendo em conta os argumentos que utiliza” (*RAP* 548).

Urge, pois, quais foram esses argumentos.

O poeta Brás Garcia Mascarenhas, cuja família tinha fortes raízes em Bobadela, escreveu, em 1699, um poema heroico, *Viriato Trágico*. Ao referir-se a esta povoação, escreve, a dado passo, na oitava 89 do canto IV:

E uma principal Julia Modesta  
As portas à sua custa reedifica.  
Permanece um letreiro antigo d’esta  
Que muito claramente o testifica.

Não pareceu a Maia do Amaral e a mim próprio que tal testemunho não devesse ser tido como fidedigno e, embora vertido num texto poético, merecia toda a atenção. Isto é: tivera Brás Garcia Mascarenhas conhecimento do texto mais completo e, por conseguinte, a obra a que a epígrafe aludia podia muito bem ser o restauro das portas do fórum da cidade romana. Daí que tenha proposto um texto mais completo (Amaral, 1982, p. 114):

SPLENDIDISSIMAE CIVITATI IVLIA MODESTA  
FLAMINICA EX PATRIMONIO SVO PORTAS  
REFECIT

Um outro manuscrito que, a seu tempo, consultara (Amaral, 1982, fig. 4), apresentava nexo no final do vocábulo *splendidissimae* — e daí a sua versão. Uma das portas da cidade ainda hoje se mantém de pé (Amaral, 1982, fig. 5) e constitui, com o anfiteatro, um dos motivos de orgulho do passado romano da *civitas*.



Note-se, finalmente, que houve distração por parte de Milagros Navarro, porque, ao apresentar a versão de Maia do Amaral (autor que não conhece), observa (p. 545, n. 90) que se trata da “qu’a proposée Anacleto à l’aide de différents manuscrits”.

Jorge de Alarcão, tendo em conta que o dativo *civitati* exigiria — e tem razão, como se viu — pelo menos uma primeira linha e, sobretudo, uma forma verbal correspondente, optou por reconstituir também a palavra *donavit* (p. 157). A sua proposta, que HEp 2003–2004 976 reproduziu (e daí passou para a base de dados de Clauss — <http://www.manfredclauss.de/gb/> –, sob o n.º EDCS-05500407) é a seguinte:

*Has portas et porticus refecit et donavit / splendidissimae civitati Iulia Modesta / flaminica provinc(iae) Lusit(anicae) ex patrimonio suo.*

Não deixa de ser, na verdade, uma proposta aliciante, que nos agradaria bastante se se pudesse comprovar. As dúvidas principais subsistem, a meu ver, na adunção do adjectivo determinativo *has*, no acrescentar de *porticus* e *donavit* e na atribuição a *Iulia Modesta* da categoria de flamínia provincial.

a) Direi que explicitar que fez estas portas não se me afigura necessário, porque certamente, se mandou refazer portas, seriam aquelas em cujo contexto a epígrafe estava e não a da cidade vizinha ou outras.

Permita-se-me um parêntese, ainda que num contexto completamente diverso: à porta dos Paços do Concelho de Cascais está uma placa que diz “Município de Cascais”; já por várias vezes o critiquei, por dois motivos: ali não é o “município” e, por outro lado, haveriam de ser os Paços do Concelho de... Sintra? A língua francesa é que impõe habitualmente o uso do pronome possessivo, um costume que, por inusitado, os estrangeiros nem sempre compreendem.

Fecho o parêntese e volto ao determinativo, que surge mais correntemente em expressões como *hoc templum*, partindo nós do princípio de que outros haverá nas proximidades e o benemérito que o mandou fazer quis vincar bem a sua relação com a obra feita. Em Gasriya, na Numídia, atesta-se a epígrafe *H(a)ec / por/ta d/omi/[n]i ius[t]i / intra/bunt* (CIL VIII 18 552), que pode confirmar o que se afirmou: os justos entrarão por **esta** porta e não por outra. Naturalmente, o Professor Jorge de Alarcão quis salvaguardar a hipótese de outras

portas terem existido em Bobadela, concretamente as das muralhas, referindo-se a epígrafe apenas às do fórum (p. 156), pois não lhe parece ter havido motivo para restauro de eventuais portas da muralha, mesmo supondo que datassem do tempo de Augusto e para esta epígrafe se propo-nha já uma datação flávia; creio, porém, que, do ponto de vista epigráfico, quando se fala de portas na epígrafe de uma cidade são mesmo as portas da cidade e não se carecerá de o sublinhar.

b) E a que propósito vem a adunção de *porticus*? É falível a justificação com o igual número de letras que cada linha deveria, em princípio, ter, pois desconhecemos o critério que o *ordinator* seguiu (paginação com alinhamento à esquerda e à direita ou segundo um eixo de simetria) e também não sabemos se a cópia que temos obedeceu ao que então se via (o que, diga-se, costuma ser regra nas cópias do século XVIII).

Jorge de Alarcão interroga-se acerca da função do arco ainda hoje subsistente em Bobadela e relaciona-o, se bem interpreto, com uma alusão de Henriques Secco a vários arcos no meio da praça, o que poderia implicar a existência de pórticos no fórum (p. 157). Sim, Júlia Modesta também poderia ter mandado refazer os pórticos...

c) Quanto à necessidade da fórmula verbal *donavit*, como também afirma Jorge de Alarcão, não é uma necessidade absoluta: facilmente se compreenderia que a flamínia teria mandado refazer as portas *splendidissimae civitati*, “para a esplendidíssima cidade”.

d) Nada parece justificar que *Iulia Modesta* tenha sido obrigatoriamente *flaminica provincialis*. Se, como opinou Robert Étienne (1974, 171), uma “flaminique n’est pas forcément femme de flamine”, neste caso — e com mais forte razão, porque ser flamínia provincial implica uma eleição — o facto de *Iulia Modesta* ter casado com um flâmine provincial não determina, *ipso facto*, que ela tenha sido elevada à categoria de flamínia provincial. J. A. Delgado Delgado afirma perentoriamente: “La mujer de Sex. Aponius Scaevus Flaccus fue flaminica local y no provincial” (Delgado, 1999, p. 445). Sabine Lefèbvre (2001, p. 232), ao elaborar o quadro dos *flamines* e *flaminicae* da Lusitânia, interroga-se, em relação a *Iulia Modesta*, sobre se o seu cargo é municipal ou provincial: “*fl. mun? uel fl. prou.?*”.

Enfim, trata-se, como se vê, de um documento que, na singeleza das linhas que, um dia, um pedreiro lavrou, mui provavelmente a mandado do ilustrado bispo de Coimbra que superintendeu nos

trabalhos de construção da nova matriz, nos suscita enorme curiosidade e reflexão. Atendendo, no entanto, às objecções que a versão proposta pelo Professor Jorge de Alarcão parece poder levantar, eu peço licença para manter a versão que A. E. Maia do Amaral propôs:

*Splendidissimae civitati Iulia Modesta / flaminica ex patrimonio suo portas refecit.*

### 3. Uma dedicatória a Marte?

O n.º 5 (p. 55-62) da obra já referida, *Bobadela Epigráfica*, é um bloco de granito da região, de cor acinzentada, partido nos topos, decerto para mais facilmente ser encaixado na construção de um prédio, “sito em plena povoação da Bobadela”, “na rua paralela à parede lateral da igreja, do lado do nascente”, identificado por ocasião da demolição do referido prédio. Conta Regina Anacleto que foi adquirido, por cinco escudos, por Alberto Rodrigues Martins, “que, por sua vez, o ofereceu ao Doutor Castro Nunes”, a fim de dar entrada no Museu de Arganil, em cujo inventário consta com o n.º 26, datado de setembro de 1952. Aí permanece.

A Dra. Margarida Fróis, da Biblioteca de Arganil, deu-me as seguintes medidas do bloco: 44 x 44/56/64 x 35. Não há qualquer moldura ou friso, o que levou a autora a sugerir tratar-se “ao que parece, do fragmento de uma inscrição honorífica de tipo monumental” (p. 57). Os caracteres assumem a forma de capital quadrada, medem, em média, 7 cm, e os espaços interlineares 2 cm, sendo o último de 9. Recorde-se, a título de comparação, que os caracteres do fragmento de *CIL* II 396 identificado por Maia do Amaral medem 8 cm de altura e que, também aí, estaremos perante uma epígrafe de bom porte.

Creio poder apresentar a seguinte leitura, com base nas fotografias de que disponho:

[...] / [...] AVG(usti) · L(iberto) · LAV[...]/[...]  
· PARENT[ES] / [EX PA]TRIMONIO [SVO] [?] /  
[POS]VERVNT

A [...] Lau[...], liberto de Augusto, os pais colocaram, a expensas suas.

Faltarão, no mínimo, duas linhas no início, ou até talvez três, caso se coloque a hipótese de,

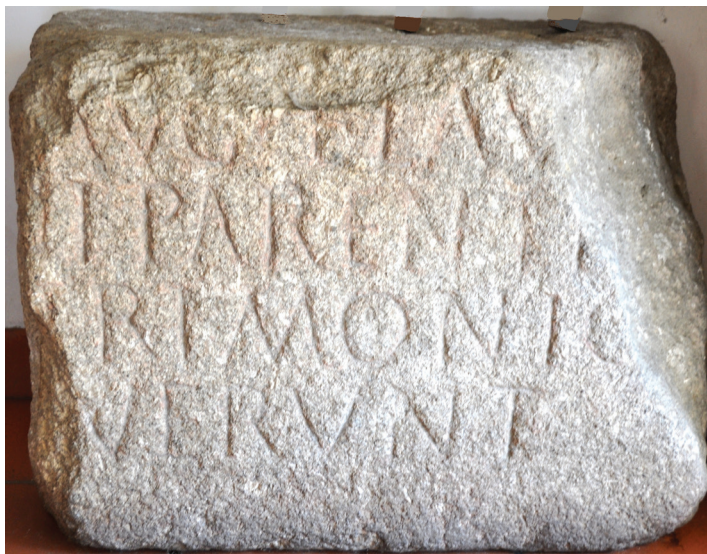


Fig. 5 – A inscrição de um possível liberto imperial.

também aqui, haver a invocação a uma divindade, como na primeira inscrição que se referiu neste ensaio. Parto do princípio, exclusivamente com base na posição da última palavra, que poderemos estar perante uma paginação segundo um eixo de simetria, a passar sensivelmente a meio do E de POSVERVNT. A ser assim, a reconstituição de EX PATRIMONIO SVO na penúltima linha enquadrar-se-ia nessa simetria, e poderíamos ter, antes da palavra PARENTES, na atual l. 2, espaço para umas sete letras, na medida em que a epígrafe foi gravada com primor, as letras espaçadas, num modelo que segue de perto as características das letras monumentais quadradas. Aliás, tudo sugere alguma imponência e solenidade.

Por conseguinte, nessas duas ou três primeiras linhas estaria não a invocação aos deuses Manes, uma vez que — pela paleografia e pelo que resta do texto — estamos perante epígrafe da 1.ª metade do século I, mas sim a menção de outro eventual teónimo e o início da identificação do defunto: o *praenomen* e o *nomen*.

Não suscita dúvida a leitura AVG, apesar de apenas se ver a perna da direita do A; segue-se um *punctus distinguens* ainda que não muito perceptível. Depois leu-se E porque, de facto, essa é a primeira impressão e se conhece o radical etimologicamente pré-romano *Elau*, que está na base do antropónimo *Elavius* (Vallejo, 2005, p. 316). Acontece, porém, que não se trata de um E, mas de L seguido de ponto, o que configura a sigla de L(*ibertus*). Por conseguinte, há que procurar o *cognomen* desse liberto e o ideal seria que fosse suficientemente amplo e etimologicamente grego (como o são os *cognomina* de

libertos), para podermos ver no I a sua terminação em dativo.

Esse, portanto, o desafio que ora se nos põe. E só podemos entrar no domínio das meras conjecturas, ainda que haja a ter em conta que, se a paginação segundo eixo de simetria se mantiver nessa actual l. 2, há que apontar para a existência de, pelo menos, umas sete ou oito letras entre LAV e I, partindo do pressuposto que haverá somente uma palavra. A pesquisa que fiz leva a termos estranhos à Península (o que, à partida, não seria de admirar), mas sobretudo a termos não muito vulgares, embora se situem, acrescente-se, fundamentalmente em dois campos: o da mitologia e o da toponímia. Exemplifico algumas das hipóteses: *Laudicensi*, de Laodiceia, na Frígia; *Lauronensi*, de *Lauro*, topónimo da *Hispania Citerior* referido por Plínio — *Nat. Hist.* 14, 71; *Laumedonti*, dativo de *Laumedons*, -tis, mítico rei de Tróia; *Lauriotidi*, de *Laurion*, um topónimo da Ática...

Antes de referir as interpretações aduzidas pelos investigadores que me precederam no estudo desta epígrafe, permita-se-me que sublinhe dois aspectos: o texto enquadra-se perfeitamente no ‘espírito’ que dimana das inscrições atrás analisadas, quer na tipologia (pelo que nos é dado perceber), quer no formulário, quer — se se aceitar a minha interpretação — neste quadro de ligação ao poder central. Ser liberto de Augusto é uma condição deveras excepcional, geralmente ligada ao exercício de funções administrativas, o que condiz bem com o carácter excepcional da epigrafia de Bobadela.

A interpretação dada pela Doutora Regina Anacleto foi a seguinte:

[ROM(ae) ET] AVG(usto) ELAV[ius] / [ET SVI PARENTE[S] / [EX PA]TRIMONIO / [POS]VERVNT

Que traduziu:

“Elávio e os seus progenitores ergueram à sua custa (este monumento) em homenagem a Roma e Augusto”.

José Manuel Garcia (*RAP* 558) optou por uma dedicatória claramente votiva, que viria a ser reproduzida em *HEp* 4 1994, sob o n.º 1054 (= *HEpOL* n.º 15 882, que põe sob

interrogação a possibilidade de ser mesmo uma dedicatória ao deus Marte):

[Marti] Aug(usto) Elav[ius? / et s]ui parente[s] / ex pa]trimonio / [pos]uerunt

Poder-se-ia traduzir assim:

A Marte Augusto, Elávio (?) e os seus pais colocaram, a expensas suas.

No artigo atrás referido que dedicou à Bobadela, o Professor Jorge de Alarcão também se debruçou sobre esta epígrafe (pp. 166-167) e, como em S. Romão (Seia), isto é, não muito longe de Bobadela, se registara um *Caesaraugustanus* (*HEp* 4, 1994, 1068), optou por uma interpretação bem diversa das anteriores e que, diga-se desde já, não se me afigura corresponder ao que se lê na pedra, onde, na verdade, a leitura PARENTES, em meu entender não padece dúvida. É a seguinte a sua proposta, que viria a ser reproduzida em *HEp* 4, 1994, n.º 1054 = *HEp* 13 2003/04, n.º 977 e na base de dados de Clauss (*EDCS*-21700654), onde, aliás, por lapso, Bobadela é colocada não na Lusitânia, mas na *Hispania Citerior*, no território de *Aquae Flaviae* (Chaves)!...

E a interpretação de Jorge de Alarcão é a que se segue:

[...] / [Caesar]aug(ustano) Elav[io ann(or)um] - - - ] / [fili]i parenti[bus suis] / [ex pa]trimonio [faciendum] / [cura]verunt

Traduzindo:

[...] Cesaraugustano Elávio (?) [...], de [...] anos, os filhos trataram de fazer aos seus pais.

Também neste caso, as distrações não faltaram e há que corrigi-las. Assim:

1 – No comentário de *HEp* 13, afirma-se que nesta inscrição funerária apareceria o nome dos defuntos “así como el nombre de los hijos”. Trata-se, seguramente, de uma distração, pois tal não poderia ter sido afirmado — e não foi — por Jorge de Alarcão.

2 – Em *EDCS*-21700654, além do lapso da localização de Bobadela, provocado por grande distração, porque, noutros locais da

base de dados, Bobadela está bem localizada, na Lusitânia, a transcrição não segue exatamente o que J. de Alarcão propôs:

Caesar]aug(ustano) Elav[io(?) 3] / [fili]i  
parent[bus suis] / [ex pa]trimonio [faciendum] /  
[cura]verunt.

Voltando à proposta de Jorge de Alarcão: a possibilidade de virem mencionadas as idades dos defuntos — caso esta interpretação fosse aceitável — também se me afigura que não se enquadraria no contexto lógico da epígrafe.

#### 4. Conclusão

Não constituiu minha intenção, como atrás assinaliei, abordar um tema que o Professor Jorge de Alarcão exaustivamente analisara.

O meu objetivo foi, mui simplesmente, corrigir os lapsos que detetara nos trabalhos recentíssimos de três grandes amigos: o de Manuel Salinas de Frías e sua esposa, Juana Rodríguez Cortés, elaborado no âmbito de um projeto de investigação e, a meu ver, importava que desde já se procedessem às devidas correções; e a

belíssima obra de Milagros Navarro Caballero, “version revue et mise à jour du mémoire inédit de mon habilitation à diriger des recherches, soutenue à l'Université Bordeaux Montaigne, le 22 juin 2012”, como declara (p. 9). Senti que era esse o meu dever — de epigrafista e de Amigo. Sucedeu, porém, que, para levar a cabo essa tarefa, eu tinha que dissecar também o que J. de Alarcão escrevera.

Peço, pois, desculpa por, desta forma, quase ter metido a foice em seara alheia. Confesso que, por várias vezes, no decorrer da escrita, me não senti confortavelmente por, em consciência, ter de ir contra abalizadas opiniões formuladas. Entendo, porém, ser essa a tarefa do investigador: auscultar o que os demais opinaram — independentemente de serem, ou não, amigos do peito — e refletir com esses dados e outros que, entretanto, surgiram. É esse, a meu ver, o caminho — nem sempre agradável de calcorrear — por onde a verdadeira Ciência deve seguir: a hipótese pode levar a uma tese e essa tese há-de determinar outra hipótese e assim sucessivamente. Hipóteses se lançaram aqui, como sementes, que poderão — ou não — vir a dar úberes frutos. O importante é que a sementeira se fez!

Cascais, setembro de 2017

#### Bibliografia citada

AE = *L'Année Épigraphique*. Paris.

ALARCÃO, Jorge de (1988) – *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América.

ALARCÃO, Jorge de, ed. (1990) – *Nova História de Portugal*. Volume I: *Portugal das Origens à Romanização*. Lisboa: Editorial Presença.

ALARCÃO, Jorge de (2002–2003) – *A splendidissima ciuitas de Bobadela (Lusitânia)*. *Anas*. 15–16, pp. 155–180.

ALBERTOS FIRMAT, María Lourdes (1975) – *Organizaciones suprafamiliares en la Hispania antigua*. Valladolid: Universidad.

ALMEIDA, Mauro de (1963) – *Filosofia dos Pára-choques*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

AMARAL, António Eugénio Maia do (1982) – *Sobre três inscrições perdidas da Bobadela (Oliveira do Hospital)*. *Conimbriga*. 21, pp. 101–126.

ANACLETO, Regina (1981) – *Bobadela epigráfica*. Coimbra.

ANDREU PINTADO, Javier (2004) – *Munificencia pública en la Provincia Lusitania (siglos I–IV d. C.)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico.

BLOCH, Raymond (1964) – *L'épigraphie latine*. Paris: Presses Universitaires de France.

CAGNAT, René (1914<sup>4</sup>) – *Cours d'épigraphie latine*. 4<sup>e</sup> édition. Paris: A. Fontemoing.

CIL II = HÜBNER, Emil (1869) – *Corpus Inscriptionum Latinarum, II: Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berlin: Georg Reimer.



- CIL II Suppl. = HÜBNER, Emil (1892) – *Corpus Inscriptionum Latinarum, II: Hispaniae Latinae Inscriptionum Supplementum*. Berlin: Georg Reimer.
- DELGADO DELGADO, José Antonio (1999) – *Flamines provinciae Lusitaniae*. *Gerión*. 17, pp. 433–461.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1997) – Epigrafia e história de Roma. *Máthesis*. 6, pp. 33–39.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1998) – *Estudos sobre epigrafia*. Coimbra: Minerva, pp. 57–63.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2009) – A epigrafia do momento: grafitos... a comunicação sedutora. In ANGELI BERTINELLI, Maria Gabriella; DONATI, Angela, eds. – *Opinione pubblica e forme di comunicazione a Roma: il linguaggio dell'epigrafia*. Faenza: Fratelli Lega Editori, pp. 15–28. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/11470>
- ENCARNAÇÃO, José d' (2014) – A inscrição e o seu duplo. O caso da flaminica Laberia Galla. In DONATI, Angela, ed. – *L'iscrizione e il suo doppio*. Faenza: Fratelli Lega Editori, pp. 411–428. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/27644>
- ENCARNAÇÃO, José d' (2016) – A misteriosa história duma misteriosa mulher. *Cadernos de Estudos Leirienses*. 11, pp. 25–40. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/34201>.
- ENCARNAÇÃO, Frei Tomás da (1759) – *Historia Ecclesiae Lusitanae per singula saecula ab Evangelio promulgato*. I. Coimbra: Academia Pontifícia.
- ÉTIENNE, Robert (1958) – *Le culte imperial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*. Paris: De Boccard (reimp.: 1974).
- FC II = ÉTIENNE, Robert; FABRE, Georges; LÉVÊQUE, Pierre; LÉVÊQUE, Monique (1976) – *Fouilles de Conimbriga, II: épigraphie et sculpture*. Paris: De Boccard.
- FE 609 = ANDREU PINTADO, Javier; DELAGE GONZÁLEZ, Inmaculada (2017) – Un singular grafito sobre sigillata hispánica hallado en Los Bañales de Uncastillo (Zaragoza) (*Conventus Caesaraugustanus*). *Ficheiro Epigráfico* 152, n.º 609.
- FERNANDES, Luís (1998–1999) – A presença da mulher na epigrafia do conventus Scallabitanus. *Portugalia*. Nova série. 19–20, pp. 129–228.
- FRADE, Helena; CAETANO, José Carlos; MADEIRA, José Luís (1995) – Notas para o estudo do urbanismo da cidade romana de Bobadela. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 35:4, pp. 221–242.
- GONZÁLEZ HERRERO, Marta (2015) – *La implantación del culto imperial de la Provincia en Hispania*. Oxford: Archaeopress.
- HEp = *Hispania Epigraphica*.
- HEpOL = *Hispania Epigraphica On Line*. Acessível em: <http://eda-bea.es/>
- ILER = VIVES GATELL, José (1971–1972) – *Inscripciones latinas de la España romana: antología de 6800 textos*. Barcelona: Universidad.
- LEFEBVRE, Sabine (2001) – Q. (Lucceius Albinus), *flamen provinciae Lusitaniae*? L'origine sociale des flamines provinciaux de Lusitanie. In NAVARRO CABALLERO, Milagros; DEMOUGIN, Ségolène, eds. – *Elites hispaniques*. Bordeaux: Ausonius, pp. 217–239.
- MANTAS, Vasco Gil (1993) – Evergetismo e culto oficial: o construtor de templos C. *Cantius Modestinus*. In GÓMEZ PALLARÈS, Joan; MAYER, Marc, eds. – *Religio Deorum: actas del Coloquio Internacional de Epigrafía "Culto y sociedad en Occidente" (Tarragona 1988)*. Sabadell: AUSA, pp. 227–250.
- NAVARRO CABALLERO, Milagros (2017) – *Perfectissima femina: femmes de l'élite dans l'Hispanie romaine*. Bordeaux: Ausonius.
- RAP = GARCIA, José Manuel (1991) – *Religiões antigas de Portugal: aditamentos e observações às "Religiões da Lusitânia" de J. Leite de Vasconcelos*. Fontes epigráficas. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- RODRÍGUEZ CORTÉS, Juana; SALINAS DE FRÍAS, Manuel (2000) – Las élites femeninas en la provincia romana de Lusitania. *Studia Historica. Historia Antigua*. 18, pp. 243–255.
- SABLAYROLLES, Robert (1996) – *Libertinus miles: les cohortes de vigiles*. Roma: École Française de Rome.
- SALINAS DE FRÍAS, Manuel; RODRÍGUEZ CORTÉS, Juana (2016) – Prosopografía de Lusitania romana: *flaminicae et feminae notabiles Lusitaniae*. *Conimbriga*. 55, pp. 221–250.
- SUSINI, Giancarlo (1966) – *Il lapicida romano: introduzione all'epigrafia latina*. Bologna: Arti grafiche Tamari.
- SUSINI, Giancarlo (1997) – *Epigraphica dilapidata*. Faenza: Fratelli Lega Editori, pp. 7–69.



SUSINI, Giancarlo (1982) – *Epigrafia romana*. Roma: Jouvence.

VALLEJO RUIZ, José María (2005) – *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco.